

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 1999

**(Em apenso: PL nº 1.266/99; PL nº 2.124/99; PL nº 2.195/99;
PL nº 2.299/00; PL nº 3.539/00)**

Revoga os arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 70, 71, § 4º, 72, 73 e 74, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998

Autor: Deputado WAGNER SALUSTIANO

Relator: Deputado OSMAR SERRAGLIO

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de lei apresentado no início da presente Legislatura, que revoga os dispositivos da Lei nº 9.615/98, que autorizam a exploração do jogo de bingo permanente no país. Tal jogo passaria a ser permitido apenas com fins beneficentes em favor de entidades filantrópicas.

Em apenso encontram-se os seguintes Projetos de lei, todos análogos ou conexos ao principal como exige a Lei da Casa no particular:

- a) PL nº 1.266/99, de autoria do Deputado GILBERTO KASSAB;
- b) PL nº 2.124/99, de autoria do Deputado PEDRO FERNANDES;
- c) PL nº 2.195/99, de autoria do Deputado HUGO BIEHL;
- d) PL nº 2.299/00, de autoria do Deputado MARCOS CINTRA; e finalmente

e) PL nº 3.539/00, também de autoria do Deputado MARCOS CINTRA.

As proposições ora em análise foram distribuídas inicialmente à CECD – Comissão de Educação, Cultura e Desporto, onde foram aprovadas, à exceção do PL nº 2.124/99 (rejeitado), e nos termos do Substitutivo oferecido pelo Relator, nobre Deputado GILMAR MACHADO, e contra os votos dos Deputados EDUARDO SEABRA, MARISA SERRANO, JOEL DE HOLLANDA, JOÃO MATOS, OSVALDO BIOLCHI, ÁTILA LIRA e GASTÃO VIEIRA – os dois últimos apresentaram Voto em Separado. O Relator ofereceu ainda Contra-argumentação ao Voto em Separado do Deputado ÁTILA LIRA.

Agora todas estas proposições encontram-se nesta douta CCJR – Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, onde aguardam Parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e o mérito, e no prazo previsto para o regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa das proposições em epígrafe é válida, pois todas visam modificar lei federal, no caso a Lei nº 9.615/98. Compete mesmo à União estabelecer normas gerais sobre desporto (art. 24, IX e § 1º da CF) e legislar privativamente sobre Direito Penal (art. 22, I, da Lei Maior).

O Projeto principal é constitucional e jurídico, necessitando apenas de pequenas correções no tocante à técnica legislativa do art. 2º, razão pela qual oferecemos a emenda de redação em anexo.

Já o Substitutivo adotado pela CECD ao projeto principal oferece problemas mais graves. Realmente, os arts. 2º, 3º e 4º assinam prazo para que o Poder Executivo e seus órgãos exerçam prerrogativas que lhes são próprias, o que é inconstitucional como já decidiu o excelso STF – Supremo Tribunal Federal. Apresentamos então emendas suprimindo tais comandos. No mais, nada a objetar. Quanto à técnica legislativa, oferecemos as subemendas em anexo aperfeiçoando a mesma, além de adaptar a proposição aos preceitos da Lei Complementar nº 95/98.

O Projeto de Lei nº 1.266/99 não apresenta problemas quanto à constitucionalidade e juridicidade, necessitando apenas de reparos relativos à técnica legislativa do art. 2º. Oferecemos a emenda anexa neste sentido, que corrige evidentes lapsos e adapta a proposição aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

O Projeto de Lei nº 2.124/99 é inconstitucional. O art. 4º assina prazo para que o Poder Executivo exerça prerrogativa que constitui sua atribuição típica, o que é inconstitucional como já decidiu em caso análogo o excelso STF – Supremo Tribunal Federal.

Já o Projeto de Lei nº 2.195/99 necessita apenas de adaptação à Lei Complementar nº 95/98, para o que apresentamos a emenda anexa. No mais, nada a reparar.

O Projeto de Lei nº 2.299/00, ao seu turno, não apresenta problemas quanto à constitucionalidade e juridicidade. Oferecemos entretanto o Substitutivo em anexo adaptando o mesmo à Lei Complementar nº 95/98 e suas alterações.

Finalmente, o PL nº 3.539/00 oferece apenas problemas de técnica legislativa. Oferecemos também Substitutivo para adaptar o Projeto à Lei Complementar nº 95/98.

No mérito, outrossim, somos favoráveis ao texto constante do Substitutivo adotado pela douta CECD ao Projeto principal e seus apensos (salvo o PL nº 2.124/99, rejeitado por aquela Comissão e que também é inconstitucional). A proposição nos parece a que melhor contempla o problema dos jogos de bingo no país, dando-lhe o tratamento adequado. Endossamos sem restrições toda a argumentação do ilustre Deputado GILMAR MACHADO, Relator na Comissão de mérito.

Em conclusão, votamos então pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pela emenda anexa, do PL nº 1.037/99 (principal); pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pelas subemendas anexas, do Substitutivo adotado ao Projeto principal pela CECD; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pela emenda anexa, do PL nº 1.266/99; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pela emenda anexa, do PL nº 2.195/99; pela constitucionalidade,

juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada pelo Substitutivo em anexo, do PL nº 2.299/00; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a redação dada também pelo Substitutivo em anexo, do PL nº 3.539/00; pela inconstitucionalidade do PL nº 2.124/99, ficando prejudicados os demais aspectos de análise por parte desta Comissão; no mérito, votamos pela aprovação dos Projetos de lei de nºs 1.037, 1.266, 2.195 (estes de 1999), 2.299 e 3.539 (estes de 2000), nos termos do Substitutivo adotado pela CECD – Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

É o voto.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 1999

**(Em apenso: PL nº 1.266/99; PL nº 2.124/99; PL nº 2.195/99;
PL nº 2.299/00; PL nº 3.539/00)**

Revoga os arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 70, 71, § 4º, 72, 73 e 74, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998

Autor: Deputado WAGNER SALUSTIANO

EMENDA DO RELATOR

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto:

“Art. 2º São permitidos os bingos apenas para fins beneficentes em favor de entidades filantrópicas federais, estaduais ou municipais, nos termos da legislação específica e devidamente autorizados pela União.”

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO AO PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 1999

Revoga os arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64,
65, 68, 70, 71, § 4º, 72, 73 e 74, da Lei nº
9.615, de 24 de março de 1998

Autor: Deputado WAGNER SALUSTIANO

SUBEMENDA DO RELATOR

Suprimam-se as iniciais AC, entre parênteses, constantes
ao longo do texto da proposição.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO AO PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 1999

Revoga os arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64,
65, 68, 70, 71, § 4º, 72, 73 e 74, da Lei nº
9.615, de 24 de março de 1998

Autor: Deputado WAGNER SALUSTIANO

SUBEMENDA DO RELATOR

As iniciais NR, entre parênteses, constantes ao longo do texto da proposição, passam a figurar ao final do último dispositivo do artigo a ser alterado.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO AO PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 1999

Revoga os arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64,
65, 68, 70, 71, § 4º, 72, 73 e 74, da Lei nº
9.615, de 24 de março de 1998

Autor: Deputado WAGNER SALUSTIANO

SUBEMENDA DO RELATOR

Ao final da nova redação dada ao art. 81 da Lei nº 9.615/98
pelo art. 1º da proposição, acrescentem-se as iniciais NR, entre parênteses.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO AO PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 1999

Revoga os arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64,
65, 68, 70, 71, § 4º, 72, 73 e 74, da Lei nº
9.615, de 24 de março de 1998

Autor: Deputado WAGNER SALUSTIANO

SUBEMENDA DO RELATOR

Suprimam-se os arts. 2º e 3º da proposição, renumerando-se os demais.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO AO PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 1999**

Revoga os arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 70, 71, § 4º, 72, 73 e 74, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998

Autor: Deputado WAGNER SALUSTIANO

SUBEMENDA DO RELATOR

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto:

“Art. 4º Ficam prorrogados os prazos de validade das autorizações conferidas com base na legislação anterior até que se inicie a expedição das autorizações previstas no art. 66-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.”

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO AO PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 1999

Revoga os arts. 59, 60, 61, 62, 63, 64,
65, 68, 70, 71, § 4º, 72, 73 e 74, da Lei nº
9.615, de 24 de março de 1998

Autor: Deputado WAGNER SALUSTIANO

SUBEMENDA DO RELATOR

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do projeto:

“Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e o Decreto nº 3.659, de 14 de novembro de 2000.”

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.266, DE 1999

(Apensado ao PL nº 1.037/99)

Destina recursos da exploração dos bingos às Secretarias, Autarquias e Fundações de Esportes dos Municípios e do Distrito Federal.

Autor: Deputado GILBERTO KASSAB

EMENDA DO RELATOR

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto:

“Art. 2º O art. 60 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, fica acrescido do seguinte § 4º:

“§ 4º Cinco por cento da arrecadação bruta auferida com a exploração do bingo permanente ou eventual de que trata o caput serão destinados às Secretarias, Autarquias e Fundações de Esportes do respectivo Município ou do Distrito Federal” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.195, DE 1999

(Apensado ao PL nº 1.037/99)

Altera o art. 61 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

Autor: Deputado HUGO BIEHL

EMENDA DO RELATOR

Ao final da nova redação dada ao art. 61 da Lei nº 9.615/98 pelo art. 1º do Projeto, acrescentem-se as iniciais NR, entre parênteses.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PL Nº 2.299, DE 2000

(Apensado ao PL nº 1.037/99)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Autor: Deputado MARCOS CINTRA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 81-A:

“Art. 81-A Manter e administrar sala de bingo deixando de exhibir, interna e externamente, em locais visíveis, o nome da entidade desportiva credenciada.

Pena – prisão simples de um a três meses e multa diária de valor igual a duas mil e quinhentas UFIRs (Unidades Fiscais de Referência)” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PL Nº 3.539, DE 2000

(Apensado ao PL nº 1.037/99)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

Autor: Deputado MARCOS CINTRA

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 70 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando a ser § 1º o atual parágrafo único:

“Art. 70

§ 2º As casas de bingo são obrigadas a divulgar, mediante a distribuição de folhetos a todos os freqüentadores, os valores arrecadados e transferidos à entidade desportiva credenciada.” (NR)

Art. 2º A Lei 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 81-A:

“Art. 81-A Realizar jogo de bingo deixando de divulgar, mediante a distribuição de folhetos aos freqüentadores, os valores arrecadados e transferidos à entidade desportiva credenciada. (NR)

Pena – Detenção de seis meses a dois anos, e multa.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Relator